



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DOS PARTICÍPES

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE Tribunal de Justiça do Estado do Pará				C.G.C./C.N.P.J. 04.567.897/0001-90	
ENDEREÇO: Avenida Almirante Barroso, nº 3089, Bairro do Souza					
CIDADE Belém	U.F. PA	C.E.P. 66.613-710	DDD/TELEFONE (91) 3205-3000	EA - Esfera Administrativa Estado	
NOME DO RESPONSÁVEL Roberto Gonçalves de Moura			CARGO Desembargadora Presidente	MATRÍCULA 744	

ÓRGÃO/ENTIDADE PARTICÍPE: Libbre Educacional				C.G.C./C.N.P.J. 32.507.620/0001-08	
ENDEREÇO Travessa Dom Pedro I, nº 475, bairro Umarizal, Belém, PA, 66.050-100;					
NOME DO RESPONSÁVEL Thiego Ferreira da Silva					

ÓRGÃO/ENTIDADE PARTICÍPE: Corrente Jurídica LTDA				C.G.C./C.N.P.J. 49.450.909/0001-30	
ENDEREÇO Rua Avertano Rocha, nº 192, Campina, Belém-Pa, 66.023-120					
NOME DO RESPONSÁVEL Vanessa Jéssica Mansur Silva Raimunda Mônica Nonata Mansur Silva Marcelo Coutinho Dias Ferreiras Filho					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO/PROGRAMA Programa de Incentivo à Capacitação de Pessoas Negras para Ingresso na Magistratura no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	PERÍODO DE EXECUÇÃO 90 (noventa) dias
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO Concessão de bolsas de estudo para pessoas negras, em cursos preparatórios para concurso da magistratura, visando proporcionar acesso às pessoas negras a cursos preparatórios para concorrer a vagas em concursos públicos da magistratura.	
OBJETIVO: <ol style="list-style-type: none">1. Desenvolver estratégias de formação e capacitação de pessoas negras, com foco na preparação para os concursos da magistratura estadual.2. Oferecer bolsas integrais para participação em cursos preparatórios oferecidos pelas instituições parceiras, com o objetivo de eliminar barreiras socioeconômicas ao ingresso na magistratura.3. Promover ações interinstitucionais de apoio pedagógico, social, fortalecendo a permanência e o desempenho dos participantes no programa.4. Estimular o protagonismo de pessoas negras no sistema de justiça, por meio de um processo formativo que una excelência acadêmica e compromisso com os direitos humanos e a equidade racial.5. Fomentar a produção de conhecimento jurídico crítico e inclusivo, com incentivo à pesquisa e à reflexão sobre temas ligados à justiça racial e ao acesso à justiça.	
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO Considerando os fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana e da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem ou raça (art. 1º, III, e art. 3º, IV da CF/88), e considerando o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Pará com a redução das desigualdades raciais e sociais, justifica-se a formalização de acordo com as instituições Libbre Educacional e Correntes Jurídicas no contexto da Portaria nº 2917/2025-GP . O referido acordo visa a implementação de ações afirmativas no âmbito do Programa de Incentivo à Capacitação de Pessoas Negras para Ingresso na Magistratura , com foco na democratização do acesso à carreira da magistratura, na promoção da equidade racial e no cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ nº 519/2023 e Portaria CNJ nº 100/2025). As instituições Libre Educacional e Correntes Jurídicas são reconhecidas por sua expertise em formação jurídica e desenvolvimento de ações voltadas à inclusão social e racial, sendo parceiras estratégicas para a execução qualificada e eficiente das metas do programa.	

3. METAS A SEREM ATINGIDAS

<ul style="list-style-type: none">• Conceder 35 (trinta e cinco) bolsas de estudo integrais para pessoas negras em cursos preparatórios voltados ao ingresso na magistratura estadual, sendo:• 20 (vinte) bolsas ofertadas pela instituição Corrente Jurídica (modalidade EAD);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- 15 (quinze) bolsas ofertadas pela instituição **Libbre Educacional** (modalidade presencial).
- Assegurar que os conteúdos ofertados promovam a excelência acadêmica, com foco na preparação jurídica, nos direitos humanos e na equidade racial.
- Acompanhar o desempenho dos bolsistas e promover ações de suporte pedagógico, e institucional para garantir permanência e aproveitamento no curso.
- Consolidar práticas de inclusão racial no sistema de justiça, por meio da formação crítica e especializada de pessoas negras para ingresso na magistratura.

4. DA ALTERAÇÃO:

Sempre que houver necessidade e mediante mútuo acordo entre os partícipes, poderão as normas deste instrumento serem alteradas, através de termos aditivos, passando os mesmos a fazer parte integrante do instrumento de parceria.

5. METODOLOGIA

A execução do Programa de Incentivo à Capacitação de Pessoas Negras para Ingresso na Magistratura será realizada em parceria com as instituições Libbre Educacional e Corrente Jurídica, responsáveis pela oferta dos cursos preparatórios, em modalidades distintas, conforme estrutura pedagógica própria de cada instituição.

Ambas atuarão com base em metodologias que conciliam excelência acadêmica, compromisso com a equidade racial e foco na preparação específica para concursos da magistratura estadual. O programa será conduzido conforme os seguintes parâmetros:

5.1. Libbre Educacional

- Modalidade: Presencial
- Período das aulas: 5 de agosto a 3 de outubro de 2025
- Número de vagas: 15 (quinze)
- Local de realização: Sede da Libre Educacional, em Belém/PA
- Metodologia: Aulas presenciais ministradas por corpo docente especializado, com apoio de material didático, simulações de provas, plantões de dúvidas, atividades de reforço e suporte pedagógico contínuo.

5.2. Corrente Jurídica

- Modalidade: Ensino a distância (EAD)
- Período das aulas: 25 de junho a 26 de setembro de 2025
- Número de vagas: 20 (vinte)
- Plataforma: Ambiente virtual de aprendizagem da Corrente Jurídica
- Metodologia: Aulas gravadas, cronograma de estudo, 1 (um) simulado ao final do curso, aplicado de forma online para a verificação do desempenho e aproveitamento dos alunos durante todo o curso, suporte técnico e pedagógico, com atendimento no horário comercial, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

segunda a sexta, através de whatsapp, prestando o auxílio necessário sempre que demandado pelos alunos.

As metodologias propostas pelas instituições parceiras visam não apenas a preparação técnica para concursos públicos, mas também a valorização da trajetória acadêmica de pessoas negras, com estímulo ao pensamento crítico, à equidade racial e ao engajamento institucional.

O TJP, por meio da Escola Judicial, atuará na coordenação institucional do programa, assegurando o acompanhamento da execução, a articulação interinstitucional e o suporte aos(as) bolsistas.

6. DA FISCALIZAÇÃO

Unidade Demandante: Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará

Dados do fiscal do instrumento de parceria:

Nome: Paulo Victor Ramos Corrêa

Matrícula: 154733

Sector: Secretário-Geral da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O instrumento a ser firmado terá vigência de 90 (noventa) dias a contar da matrícula dos alunos, prorrogável por interesse das partes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

8.1. OBRIGAÇÕES DO PJPA

- a) Realizar processo seletivo dos bolsistas, com critérios objetivos e transparentes, assegurando reserva exclusiva às pessoas negras, nos termos da legislação vigente e das diretrizes do CNJ;
- b) Designar fiscal responsável para acompanhar a execução do instrumento;
- c) Monitorar a execução das atividades previstas, zelando pelo cumprimento dos objetivos propostos;
- d) Fomentar ações institucionais de apoio aos bolsistas, por meio da Escola Judicial e de outros setores do Tribunal.
- e) Divulgar as entidades partícipes como apoiadoras do Programa de Incentivo à Capacitação de Pessoas Negras para Ingresso na Magistratura no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

8.2. OBRIGAÇÕES DOS DEMAIS PARTICÍPES

- a) Disponibilizar gratuitamente o número de vagas acordado;
- b) Executar os cursos com qualidade técnica e metodológica, respeitando o cronograma, a carga horária e os conteúdos acordados;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- c) Garantir apoio pedagógico contínuo aos bolsistas, facilitando sua adaptação e desempenho;
- d) Apresentar relatório final de execução e ações realizadas;
- e) Cooperar com o Tribunal nas ações de acompanhamento, avaliação e divulgação institucional do Programa.

9. DOS RECURSOS

Não haverá repasse de recursos no instrumento a ser celebrado, devendo cada um dos partícipes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações com dotação orçamentária própria.

10. DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Na qualidade de representante legal dos partícipes, declaro, para fins de prova junto ao Ministério Público do Estado do Pará, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou Estadual, ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual, que impeça a celebração do acordo de cooperação técnica, na forma deste Plano de Trabalho.